

SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia

Nome: GT 05 Etnicidade e Raça

Título do trabalho: SER NEGRO É UMA QUESTÃO PARA QUEM?

Autor(a): Léa Rocchi Sales

SER NEGRO É UMA QUESTÃO PARA QUEM?

Léa Rocchi Sales

A comunidade negra rural de São Cristóvão, localizada no município de Viana, Maranhão, é composta por uma população de aproximadamente 400 pessoas, distribuídas em 70 casas, vivendo basicamente da pesca e da agricultura. Os “filhos do lugar”, como eles se autodefinem, mantêm como mito de origem a compra das terras pelos ex-escravos que permaneceram no engenho após a Aboliçãoⁱ.

Através do mito de origem, elaborado pelos nativos como o momento da “fundação do mundo” (Woortmann, E., 1995), a comunidade atualiza constantemente o sentimento de pertencimento a partir da sua relação com a terraⁱⁱ, sendo esta percebida pelos moradores como sagrada posto que permite a reprodução do grupo sem que seja necessário a venda da força de trabalho em outras comunidades.

Em pesquisa realizada em São Cristóvão, Bitencourt (1985) coloca que o grupo definia-se e era definido pelos “de fora” como *pretos e lavradores*. Durante minhas pesquisas, no entanto, percebi que a utilização da categoria *preto* na autodefinição não era consenso, necessitando, por isso, de algumas considerações. Embora o grupo opere com esta noção, ela é frequentemente utilizada para referir-se a um tempo remoto, o “*tempo dos pretos*” e dos escravos, indicando que nem sempre as pessoas sentem-se e identificam-se como *pretos* e principalmente como tendo relação com a escravidão. *Pretos* eram os compradores das terras e não eles.

Na comunidade de Espinho/MG (Rosa, 2000) podem ser encontradas representações similares quando a comunidade afirma que “negro é quem trabalhou no escravidão”. O “povo” de Espinho nega que seja remanescente de quilombo como nega que a terra tenha sido herdada de algum senhor. Não se identificam como descendentes de escravos, nem como negros, mas sim, e sempre, como “de cor”, “vermelhos”, “morenos”ⁱⁱⁱ etc.

A chegada do Projeto Auto-Estima das Crianças Negras

É neste contexto de se autodefinirem como *pretos* que, em 1996, a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), órgão do Governo do Estado do Maranhão, implanta em São Cristóvão o Projeto Auto-Estima das Crianças Negras, com o objetivo de “fomentar a identidade cultural e a auto-estima de crianças negras de 0 a 6 anos”. Como forma de efetivar sua presença, o Projeto realizava visitas técnicas semanais à comunidade e, durante este período, os técnicos desenvolviam atividades na brinquedoteca, promoviam reuniões e capacitações, além de recolherem uma série de informações sobre os moradores, que deveriam ser levantadas pelos adolescentes diretamente envolvidos na execução do Projeto – já que este trabalhava com a vertente do protagonismo juvenil^{iv}.

Além da atuação do Projeto, foi criado um grupo do Movimento Negro Unificado (MNU), em decorrência de um dos técnicos do Projeto ser militante deste movimento. A atividades destes dois agentes, Estado e movimento social, convergiam para um mesmo fim: disciplinar as pessoas e enquadrar o grupo dentro da categoria negro.

De todas as atividades do Projeto, destacam-se as realizadas na brinquedoteca “Beleza da Infância Negra”. Essas atividades consistiam basicamente em desenvolver o que o Projeto chamou de “auto-estima” e de “identidade cultural”. Para entrar na brinquedoteca, as crianças deveriam cumprir os horários estabelecidos, estarem de banho tomado, calçados e penteados, enfim, ter cumprido todas as normas estabelecidas pela equipe técnica. A crença sempre foi a de que estas atividades desenvolveriam a auto-estima, tomada como sentimento inexistente e necessário para que a comunidade pudesse manter “alguns traços de sua identidade”.

Segundo a concepção do Projeto expressa em um folder “*São Cristóvão ainda possui elementos culturais que identificam o grupo, mas apresenta um quadro econômico-social de extrema pobreza, o que repercute no desenvolvimento da auto-estima de crianças e adultos e coloca em risco valores e tradições passadas de geração em geração*”. Ainda no mesmo material são apontados alguns resultados que “evidenciam” o sucesso do Projeto^v.

De acordo com o material veiculado e com as oficinas com vistas a criar projetos alternativos de geração de renda, pode-se perceber que o fator econômico é indicado como tendo relação direta com a auto-estima. O que chama a atenção, no entanto, é o “quadro de extrema pobreza” a que o Projeto se refere. São Cristóvão está numa região em que grande parte das comunidades vive basicamente nas mesmas condições econômicas. Aliás, como colocado anteriormente, a própria comunidade de São Cristóvão tem uma posição relativamente privilegiada: é dona de suas terras, seus moradores não precisam vender sua força de trabalho fora do povoado, tem escola, posto de saúde e Associação de Moradores. Neste sentido, certamente o referencial utilizado para se pensar as condições dos moradores da comunidade não esteve baseado na área em que ele se insere, e não condiz com a auto percepção do grupo, o que possibilita, da forma como entendo, o questionamento da noção de que a comunidade precisa elevar sua auto-estima. Em outras palavras, os parâmetros de definição de pobreza utilizados pelo Projeto estão em dissonância com a percepção local sobre sua condição *sócio-econômico-cultural*.

O Projeto também informa que a comunidade teria desenvolvido e demonstrado comportamentos de solidariedade, responsabilidade, valorização pessoal e criatividade. Interessante como isto é veiculado de forma a defender que somente a partir da presença estatal a comunidade teria desenvolvido estes sentimentos, o que ocorreu de forma bastante similar entre os lavradores do sertão sergipano que passam a ter acesso a um programa de extensão rural voltado para o “produtor de baixa renda” (Woortmann, K., 1983). O programa também faz uso de folhetos informativos e, como no Projeto Auto-Estima das Crianças Negras, a população a ser atendida aparece como desprovida de conhecimento e responsabilidade, só alcançando estes valores a partir do contato com as ações do Estado.

Tendo por base este quadro acima exposto, minha pesquisa de mestrado – que deu origem a este ensaio - objetivava analisar a atuação do Estado, por meio do Projeto Auto-Estima das Crianças Negras, no povoado de São Cristóvão/MA bem como investigar as representações da comunidade sobre si mesma e as percepções e respostas da comunidade a esta ação.

Não se tratava de refletir sobre a natureza do Estado, seu aparato e suas leis, mas sim de refletir sobre o modo como o Projeto se fez presente na comunidade, seus objetivos e

formas de atuação no que se referia à inserção de novas categorias de autodefinição utilizadas pela comunidade.

Quanto às representações da comunidade, o objetivo foi levantar como a comunidade se via, como se percebia enquanto grupo, quais as categorias utilizadas na classificação, enfim, como o grupo vivia sua identidade. Não tem auto-estima, são negros, são pretos, estão num processo de perda da identidade devido à situação de “pobreza” em que vivem, como afirma o Projeto Auto-Estima das Crianças Negras?^{vi}

Meu argumento é o de que São Cristóvão não vive e não vivia quando da chegada do Projeto, um processo de ausência de auto-estima ou de auto-estima reduzida que necessitasse de uma ação estatal voltada para esta causa. Ao contrário, o que pude perceber até o momento é que a comunidade responde de forma positiva ao preconceito e se representa como sendo melhor do que as comunidades do entorno em vários aspectos. Também defendo que o fato das pessoas não se definirem como negras, categoria fundamentalmente política, não significa que elas tenham vergonha de si ou apresentem algum problema de auto-estima, pode significar que ser negro não era uma questão para eles, não precisavam deste elemento para se relacionarem entre si e com as pessoas de fora da comunidade. É preciso lembrar que a identidade é construída com base na interação com o outro. Se ao meu redor todos são negros, este não será o elemento distintivo e acionado na classificação.

Partindo do pressuposto de que os “filhos do lugar” não se definiam como negros, não porque carecessem de auto-estima, mas porque este não era um elemento importante na sua formação identitária, identifiquei uma série de comportamentos que indicam que a comunidade se valoriza e se percebe de forma positiva em sua relação com o *outro*.

Como colocado anteriormente, a terra constitui-se em elemento fundamental na formação identitária e, conseqüentemente, no sentimento de pertencimento ao grupo. Além disto, parte da visibilidade que o povoado detém na região deve-se ao fato de seus moradores conseguirem manter a integridade do seu território numa área em que processos de grilagem são uma constante^{vii}. Esse controle sobre a terra é representado tanto pelas comunidades circunvizinhas quanto internamente como o resultado da união e da valentia dos moradores de São Cristóvão:

“as terras aqui não tem perigo porque é controlada. Todo mundo aqui é unido, não é como nos outros lugares, que cada

um puxa pra uma banda. Aqui, quando tem uma reunião, vai todo mundo, vai homem, vai mulher, vai as crianças”.

Outros elementos, além da questão da terra, fazem com que a comunidade seja conhecida na região: as festas de Santo, o grupo de caixeiras que, devido à sua fama, são convidadas para o pagamento de promessas em outras comunidades e o Bumba-meu-Boi que nos meses de junho e julho faz apresentações fora da comunidade. Essas manifestações culturais mobilizam a comunidade como um todo e garantem a transmissão das tradições e valores aos mais novos que, desde cedo, participam da preparação e das festividades.

O fato da comunidade de São Cristóvão ser convidada para se apresentar em outros povoados, ser apontada pelos *de fora* como unida e valente, não impede que seja freqüentemente alvo de discriminações. Algumas pessoas de Viana referem-se ao povoado como sendo a África ou uma “*terra só de preto*”, já em Santa Maria, como pude presenciar, as pessoas de São Cristóvão são chamadas de “macacos”, “pretos” e “urubus”. A comunidade, por sua vez, responde de forma positiva ao preconceito afirmando que “*os pessoal de Santa Maria pode falar o que quiser porque no fim eles precisam da terra dos preto pra roçá porque eles não têm terra, precisa de nós aqui pra comer*”.

É comum também ouvirmos as pessoas de São Cristóvão afirmarem que as caixeiras do povoado são as melhores da região, que as outras são “*fraquinhas*”, que não existe na Baixada Maranhense um Bumba-Boi melhor do que o de lá e nem time de futebol que vença o do povoado.

Anteriormente fiz referência à ambigüidade na utilização da categoria *preto*. Em alguns momentos eles utilizam esta categoria na autodefinição e em outros apontam os ancestrais como sendo os *pretos*. Com isto a comunidade sinaliza que ter a pele negra não implica necessariamente em sentir-se *preto* e operar com a lembrança de um passado africano e escravo. Nem tampouco implica em operar em tempo integral com a identidade racial. O que estou querendo dizer é que a identidade racial não se apresenta como relevante, nesse comunidade, na maior parte do tempo^{viii}. Isto porque a raça é uma dentre as tantas formas possíveis de se vivenciar a etnicidade. Classificar-se e ser classificado como negro num determinado contexto não significa, portanto, que a cultura negra seja acionada a todo momento (Sansone, 2004).

O Projeto Auto-Estima das Crianças Negras, no entanto, não foi sensível às configurações identitárias locais e dedicou-se à “conscientização” das pessoas a respeito de sua “raça”, história, seu valor e passou a cobrar certos comportamentos considerados adequados para aquele público, engendrando uma política que denominei de “ensinar a ser negro”.

Novas configurações ou ensinando/aprendendo a ser negro

Com a chegada do Projeto, iniciou-se uma nova dinâmica na comunidade no que diz respeito às noções de espaço e tempo, à incorporação de novas categorias de autodefinição e de novas preocupações, como por exemplo, a de terem auto-estima e de evitarem que as “crianças mais claras” se autodefinissem como brancas.

Com o Projeto, os moradores do povoado, sobretudo as crianças, aprenderam que existia um tempo e um local apropriado para brincar. O horário era às 16:00 e o local era a brinquedoteca construída em alvenaria no centro do povoado. Passaram a ser disciplinados para assumirem novas formas de autodefinição cuja ênfase estava nas noções de raça, negritude, auto-estima, na conscientização, no aprender a ser negro.

Para os técnicos do Projeto, o ser negro era construído principalmente no espaço da brinquedoteca, onde as crianças faziam desfiles de moda com roupas afro, maquiavam-se, brincavam com bonecos negros confeccionados na própria comunidade, e aprendiam, através de discursos e teatralizações, que não poderiam alisar os cabelos, que tinham que se orgulhar de sua cor, de sua relação com a África e que se fossem para Viana, sede do município, deveriam comprar principalmente das mãos de pessoas negras.

A cor da pele era tomada pelo Projeto como elemento que imediatamente remetia à consciência racial, à escravidão, à auto-estima e essas atividades eram entendidas como o caminho para se chegar a esse fim. O que o Projeto esqueceu de observar é que a comunidade não se percebia desta forma, nem como *pretos* eles se viam em tempo integral. A lógica do ser negro difundida pelos técnicos pressupunha a assunção em tempo integral da pertença racial. Trabalharam como se não houvesse a possibilidade da comunidade atuar com uma entrada que não fosse a da negritude, ignorando o fato de que em São Cristóvão, assim como

em outras comunidades negras rurais, a pertença racial é acionada de acordo com as relações sociais, não sendo evocada a todo instante como questão fundamental na autoidentificação.

O Projeto atuou por seis anos em São Cristóvão, sempre trabalhando com essas questões. Algumas falas da comunidade, no entanto, demonstravam um certo desconforto com as ações da FUNAC:

“O Projeto não está explicando as coisas direito. A gente não tem participação, tudo é a FUNAC. A única participação que a gente tem é dessas informações [sobre o início do Projeto], mas o trabalho é por conta deles lá. O trabalho é feito pela FUNAC, é a FUNAC quem manda, determina tudo. Nós não damo, nós não damo opinião, não. Eles deviam escutar mais a gente, a gente é que sabe das coisas daqui” (Senhor de 86 anos).

“Eles só querem que a gente seja negro, é só isso que eles querem. Tudo que a gente já tem não presta. Agora vem com essa história de auto-estima, que a gente não tem. Vem dizer que a gente tá perdendo nossos costumes. A gente tem nosso Boi, a gente tem nossas festas. Não, nós damo valor porque nós já damo mesmo, não por causa do Projeto e agora vem eles de fora dizer o que a gente tem e o que a gente não tem!” (Senhora de 40 anos).

Mesmo demonstrando uma certa insatisfação, e principalmente sem que o fato de se representar como negro fosse crucial em São Cristóvão, pode-se dizer que a comunidade aprendeu, em certa medida, a ser negro. Negro como o Projeto ensinava a ser. Acreditaram que ser negro, é defender seus direitos, é não ser chamado por este nome, é não ser tratado como negro (Sheriff, 2001). Assim, após seis anos de Projeto, algumas pessoas contam histórias sobre como alguém recebeu dinheiro porque foi chamado de negro e explicam:

“É...Agora lá em Viana, chamou um de nego, tá na justiça. Ah...não?! Chamou tá na justiça. Agora eles tão brigando é certo” (Homem de 21 anos).

Ou então:

“Quero ao menos que um me chame de preto pra ver se eu não dou uma cadeia nele” (Senhora de 49 anos)

Coloco que aprenderam em certa medida porque, como pode ser observado na fala do rapaz de 21 anos, os negros continuam sendo os outros. Negros são *eles*. Neste sentido, acredito que aconteceu com a categoria negro, o que já ocorria com a categoria *preto*, ou seja, ela, ao mesmo tempo em que é utilizada (poucas vezes, é preciso dizer) para referirem-se a si mesmos, é utilizada para referir-se, para classificar ou descrever o outro: o de fora, o de outro período histórico. *“Eles estão brigando é certo e “preto eram os compradores das terras”*.

Mais do que aprenderem a ser negros em tempo integral, a comunidade aprendeu que esta é uma categoria política que, juntamente com a de remanescente de quilombo pode ser acionada nas relações com a Prefeitura e demais órgão de governo para conseguirem ações que beneficiem o povoado.

Talvez este entendimento por parte da comunidade explique a fala da Presidente da FUNAC sobre o término do Projeto Auto-Estima das Crianças Negras em São Cristóvão:

“a comunidade não incorporou o Projeto, foi tempo e dinheiro jogado fora, a comunidade só queria ganhar e o Projeto estava se tornando um simples assistencialismo”.

ⁱ “Minha avó era escrava, e entences, quando eles se arretiraram daqui venderam pras partes que foram escrava deles. Os pretos se juntaram, quem deu galinha deu, quem deu porco deu, tá vindo, e compraram aqui o lugar” (dona Mafalda apud Bitencourt, 1985: 40).

ⁱⁱ Sobre a importância da terra para trabalhadores rurais e a lógica simbólica que rege essas relação ver Klaas e Ellen Woortmann.

ⁱⁱⁱ Sheriff (2001) defende que a utilização destas categorias representa uma forma de descrever a aparência das pessoas, apresentar as características físicas de alguém, proceder a um “discurso de descrição” sem, no entanto, enquadrá-las numa determinada identidade racial.

^{iv} Os adolescentes eram capacitados e deveriam desempenhar o papel de lideranças na brinquedoteca, obtendo por isto uma bolsa no valor de R\$ 60,00. As informações levantadas no período em que os técnicos não estavam na comunidade consistiam, além daquelas referentes à história e mitos locais, ao recolhimento de dados sobre nascimentos, mortes, gravidez, abortos, pesagem e demais quesitos que proporcionassem um controle sobre as crianças do povoado.

^v 1) As famílias e crianças manifestam comportamento de prazer e alegria, expressando criatividade; 2) Os adolescentes estão absorvendo conteúdos específicos sobre desenvolvimento infantil e comunitário; 3) Famílias, crianças e adolescentes expressam comportamentos de solidariedade, cooperação, organização, interesse, responsabilidade e valorização pessoal.

^{vi} O fato de colocar atuação do Estado e representações da comunidade como objetivos diferentes não significa que os veja como momentos separados e intocáveis, ao contrário, não vejo outra forma de compreendê-los senão estabelecendo uma relação intensa, uma troca onde as ações do estado implicam numa reação na comunidade e vice-versa.

^{vii} Ver por exemplo o caso estudado por Andrade (1999), onde os “descendentes de índios” das comunidade de Taquaritiua e Prequeú, limítrofes com São Cristóvão, perderam parte de suas terras devido à ação de grileiros.

^{viii} A este respeito ver o caso das comunidades de Maria Rosa e Pilões no Vale do Ribeira (Oliveira Junior, 1999).

Bibliografia

ANDRADE, Maristela de Paula. Terra de Índio: identidade étnica e conflitos em terras de uso comum. São Luís: UFMA, 1999.

BITENCOURT, Elisabeth. São Cristóvão: terra de preto. Lavradores da Baixada Maranhense em terras de herança sem partilha. São Luís, 1985 (Mimeo).

OLIVEIRA JUNIOR, Adolfo. A invisibilidade imposta e a estratégia da invisibilização entre negros e índios: uma comparação. In: BACELAR, Jeferson e CAROSO, Carlos (orgs.). Brasil: um país de negros? Rio de Janeiro: Pallas/CEAO, 1999.

ROSA, Mirian. Espinho: desconstrução da racialização negra da escravidão. Dissertação de Mestrado. DAN: UnB, 2000.

SANSONE, Lívio. Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador, Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SHERIFF, Robin. Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca. In: MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Cláudia Barcellos

(orgs.). Raça como retórica: a construção da diferença. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WOORTMANN, Ellen. Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: UnB, 1995.

WOORTMANN, Ellen e WOORTMANN, Klaas. O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UnB, 1997.

WOORTMANN, Klaas. A transformação da subordinação. In: Anuário Antropológico/81. Fortaleza: Ed. Universidade Federal do Ceará; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.